

FICHA TÉCNICA

Título
II Congresso de Direito Fiscal

Diretora
Glória Teixeira

Editor
Vida Económica – Editorial, SA
R. Gonçalo Cristóvão, 116 - 6º Esq. • 4049-037 Porto
www.vidaeconomica.pt • http://livraria.vidaeconomica.pt

Composição e montagem
Vida Económica

Impressão e acabamento
Uniarte Gráfica, S.A. • 4300-414 Porto

Depósito Legal
347247/12

ISBN
978-972-788-524-4

Executado em julho de 2012



A cópia ilegal viola os direitos dos autores.
Os prejudicados somos todos nós.

© Todos os direitos reservados para Vida Económica, Editorial, SA

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, eletrónico ou de gravação, ou qualquer outra forma copiada, para uso público ou privado (além do uso legal como breve citação em artigos e críticas), sem autorização prévia, por escrito, da Vida Económica – Editorial, S.A.

Veja no final deste livro como se registar na n/ editora e receber informação sobre lançamentos, iniciativas e promoções da Vida Económica – Editorial SA

ÍNDICE

AS MANIFESTAÇÕES DE FORTUNA E A SUPERVISÃO DOS TRIBUNAIS — PERSPETIVAS E PROSPETIVAS

Aníbal Augusto Ruivo Ferraz

1. Breve Perspetiva de cariz essencialmente histórico.....	19
2. Perspetivas Jurisprudenciais	21
3. A Título Prospetivo	28

CONSIDERACIONES SOBRE LOS SUJETOS PROMOTORES EN EL IVA EN EL CONTEXTO DE LA CRISIS ECONÓMICA EN ESPAÑA

Gemma Patón García

1. La Situación actual de La Materia Imponible de la Vivienda.....	33
2. El Concepto de Empresario y Profesional en los Tributos.....	34
3. La Calificación de Empresario o Profesional en el IVA del Urbanizador, Promotor y Contructor de Edificaciones Según la Doctrina Administrativa y Jurisprudencia	36
3.1. La Relevancia de la Actuación Urbanística a Efectos de IVA.....	39
3.2. Tratamiento Tributario de las Principales Operaciones de los Promotores Urbanísticos.....	40
3.3. Los Entes Públicos como Empresarios A Efectos de IVA	44
4. Las Vicisitudes del IVA en Tiempos de Crisis Económica: Control del Fraude y Modificaciones Normativas.....	47
4.1. Novedades Legislativas en el IVA de Incidencia en el Sector Inmobiliario: Período 2008-2011	49

4.1.1. Exclusión del Supuesto de No Sujeción de los Promotores	
Ocasionales en Casos de Transmisión Global de la Empresa.....	49
4.1.2. Modificación de los tipos impositivos de IVA.....	50
4.1.2.1. Nuevo Tipo de IVA para Entregas de Vivienda.....	50
4.1.3. Ejecuciones de Obra y Tipo Reducido, Medidas Fiscales	
de Estímulo de la Rehabilitación de Viviendas.....	52
4.1.4. Alquiler de Viviendas con Opción de Compra	55
Bibliografía.....	58

O REGIME FISCAL DOS ARTISTAS, PROMOTORES E INTERMEDIÁRIOS EM SEDE DE IVA À LUZ DO DIREITO INTERNO E DO DIREITO COMPARADO

Glória Teixeira

1. Introdução: Sobre a Definição Jurídico-Fiscal	
de 'Trabalhador das Artes do Espetáculo e do Audio-Visual'.....	61
2. Sobre a Definição Jurídico-Fiscal de Promotor	63
3. O Instituto do Registo em Portugal e a Análise do Requisito	
Formal da Obrigatoriedade do Registo dos Promotores no IGAC.....	65
4. A Delimitação do Âmbito da Isenção Estabelecida no art.º 9,	
n.º 15 alínea a) do CIVA.....	67
5. A Relevância do Princípio da Neutralidade em Sede de IVA.....	69
Bibliografia	70

OS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E A RELEVÂNCIA DOS DEALINGS ENTRE PARTES DA EMPRESA

Jaime Carvalho Esteves

Introdução.....	75
O Estabelecimento Estável	76
O Lucro do Estabelecimento Estável	77
O Conceito de Entidade Distinta e Separada e o Princípio da Força Atrativa	79
Os <i>Dealings</i>	81

A Revisão de 2010.....	83
Os Gastos Centrais	84
Conclusão.....	86
Bibliografia	88

O CONCEITO DE RESIDENTE NO DIREITO FISCAL INTERNACIONAL E EUROPEU: ARTICULAÇÃO COM O CONCEITO DE RESIDENTE NO DIREITO INTERNO

João Sérgio Ribeiro

Sumário.....	91
1. Conceito de residente no domínio dos impostos sobre o rendimento	
no direito português.....	91
A) Condição de residente à luz do Código do Imposto sobre o Rendimento	
das Pessoas Singulares	92
B) Condição de residente à luz do Código do Imposto sobre o Rendimento	
das Pessoas Coletivas	94
2. A residência no Direito Fiscal Internacional.....	94
3. A residência no Direito Fiscal da União Europeia	97
4. Consequências práticas das constatações feitas nos pontos anteriores	98
Bibliografia	100

A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA COMO OBSTÁCULO À INTERNACIONALIZAÇÃO

Joaquim Freitas da Rocha

1. Colocação dos problemas e sequência.....	103
2. As Patologias do Sistema de Justiça Tributária	103
2.1 Complexidade Normadora	104
2.2 Complexidade Administrativa	108
2.3 Excessiva Litigiosidade	109
2.4 Inadequação da Organização Judiciária Tributária e do Iter Processual.....	110
3. Possíveis soluções ou formas de atenuar os problemas.....	112

3.1. Cultura fiscal	113
3.2 Codificação.....	115
3.3 Recurso a presunções	116
3.4 Segregação de tribunais	118
3.5 Orientações Genéricas.....	119
3.6 Resolução Alternativa de Litígios	120
4. Conclusões.....	123
Bibliografia	124

A CONVENÇÃO MULTILATERAL SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA FISCAL DA OCDE

José de Campos Amorim

1. Introdução.....	127
2. Finalidades.....	129
3. Âmbito de aplicação da Convenção	130
4. Impostos abrangidos	132
5. Pessoas visadas.....	134
6. Regras gerais de interpretação e aplicação das convenções	136
7. Formas de cooperação administrativa.....	139
7.1. Principais métodos de cooperação.....	139
7.2. Troca de informações a pedido do Estado requerente	140
7.3. Troca automática de informações	141
7.4. Troca espontânea de informações	142
7.5. Controlos fiscais simultâneos	143
7.6. Controlo fiscal no estrangeiro.....	144
7.7. Outras formas de cooperação.....	146
8. A cooperação em matéria de cobrança de créditos fiscais	148
9. Adoção de providências cautelares	152
10. Notificação dos contribuintes	152
11. A prestação da informação	153

12. Limites à cooperação administrativa	154
13. A confidencialidade da informação	156
14. Reclamações	158
15. Reservas à Convenção	159
Conclusão.....	160
Bibliografia	161

DO REENVIO PREJUDICIAL

José Maria de Fonseca Carvalho

Introdução.....	165
Qual é então o poder Tributário da União?	167
E como exerce a UE o poder tributário?	168
Quem interpreta então a norma comunitária? Quem aprecia então a validade da norma comunitária?.....	172
Como?	173
Quando é que existe dispensa do reenvio?	175
Tipos de reenvio	175
Natureza do reenvio	175
Efeitos da decisão	175
Conclusão.....	178
Bibliografia	178

A CAPTURA DA ESCOLHA PÚBLICA PELOS GRUPOS DE INTERESSE: UMA APLICAÇÃO À COMPETITIVIDADE FISCAL EM PORTUGAL

José Cruz

Resumo	181
Introdução.....	181
1. O Poder da Maioria em Democracia	183
2. A Ação dos Grupos de Interesse em Democracia.....	187
3. A Competitividade Fiscal da Economia Portuguesa	193

4. Formas de Evitar a Tributação: a Elisão, a Evasão e o Planeamento Fiscal	198
4.1. O modelo de escolha racional de evasão fiscal	199
4.2. A evasão fiscal em Portugal	205
5. Os Grupos de Interesses Portugueses	208
6. Cômputo das Reações dos Grupos de Interesse às Medidas de Política que Visam o Aumento da Competitividade Fiscal	228
6.1. Reações dos grupos de interesse à "Redução imediata e substancial da Despesa Pública"	229
6.2. Reações dos grupos de interesse ao "Reforço do combate à elisão e evasão fiscais e a outras formas de evitar a tributação"	232
6.3. Reações dos grupos de interesse à "Troca de tributação sobre empresas por aumento da tributação geral sobre o Rendimento ou o Consumo"	235
7. Conclusões.....	238
Bibliografia	240

MEDIDAS FISCAIS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL

Lígia Carvalho Abreu

Introdução: a agricultura sustentável	245
Medidas fiscais: rumo a uma agricultura sustentável	246
Conclusão.....	254
Bibliografia	255
Legislação	255
Sites.....	256

ANÁLISE DO REGIME FISCAL DO RESIDENTE NÃO HABITUAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO NO DIREITO EUROPEU

Marta Ramos Mendes

1. Introdução	259
2. Causa e Razão Ser do Regime do Residente Não Habitual	259
3. Caracterização Sumária do Regime	262
4. Da Relevância da Análise do novo regime à luz do Direito Europeu	264

5. O Novo Regime como Instrumento de Efetivação de Liberdade	266
6. O princípio comunitário da não-discriminação	267
6.1 Conceito e Géneros de "discriminação"	268
6.2 A discriminação inversa e o regime do residente não habitual	271
6.3 A falta de proteção nas situações de discriminação inversa no seio da UE. As situações puramente internas. A necessidade de novo enquadramento.	274
6.4 Proposta de nova metodologia a utilizar pelo TJUE / Conclusão	279
Bibliografia	281

REVERSÃO FISCAL — A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DOS GERENTES OU ADMINISTRADORES POR DÍVIDAS, MULTAS E COIMAS

Miguel Vieira

1. Regime Legal Vigente	285
1.1 Âmbito subjetivo e objetivo da responsabilidade subsidiária tributária	285
1.2 Gerência de direito e gerência de facto — A sua relação com o ónus da prova	287
1.3 Âmbito objetivo – art. 24.º da LGT	289
1.3.1 Alínea a) do art. 24.º da LGT	289
1.3.2 Alínea b) do art. 24.º da LGT	292
2. Reversão Fiscal	294
2.1. Natureza e caracterização do instituto da Reversão Fiscal	294
2.2. Pressupostos da Reversão Fiscal	297
2.3. A Audiência Prévia	299
3. Reversão das multas e coimas.....	303
3.1. A Responsabilidade subsidiária dos administradores ou gerentes pelas multas e coimas	303
3.2. As diferentes posições da Doutrina.....	304
3.3. A Evolução Jurisprudencial	308
3.4 Tomada de posição	312
Bibliografia	315

TROCAS DE INFORMAÇÕES ENTRE ADMINISTRAÇÕES FISCAIS: DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Patrícia Anjos Azevedo

1. Introdução: envolvimento e atualidade do tema.....	321
1.1 A Economia Informal ou Subterrânea	321
1.2 Os Paraísos Fiscais, o Sigilo Bancário que Oferecem e a "Concorrência Fiscal Prejudicial"	323
1.3 A Cimeira do G20, de abril de 2009 e o Combate à Fraude/Evasão Fiscais	325
2. A troca de informações entre Administrações Fiscais	327
2.1 Análise do art.º 26.º da Convenção Modelo da OCDE	327
2.2 Análise do Manual da OCDE sobre Implementação da Disposição Relativa à Troca de Informações.....	329
2.3 Outras Iniciativas de Relevância na Busca da Transparência e da Troca de Informações.....	335
2.4 Breve Análise do art.º 27.º da Convenção Modelo da OCDE	338
2.5 As Diretivas da UE e outra Legislação Relacionada com a Troca de Informações e a Assistência Mútua Administrativa na Recolha de Impostos	340
Bibliografia	343

CHOICE IN THE INTERNAL MARKET: CHALLENGES TO NATIONAL TAX SYSTEMS

Timothy Lyons QC

1. Freedom to choose the form of establishment in the country of origin.....	351
2. Freedom to choose the form of establishment in the host country.....	353
3. The right to choose where to be taxed?	354
4. RBS Deutschland: taxpayers' rights confirmed	355
5. Conclusion	356

A MATÉRIA COLETÁVEL COMUM CONSOLIDADA DO IMPOSTO SOBRE AS SOCIEDADES (MCCCS) – EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS

Vítor Duarte

1. Introdução.....	361
2. Antecedentes	362
2.1. Colocação do problema	362
2.2. Abordagens globais possíveis.....	364
3. Desenvolvimento técnico da proposta	370
3.1. Caracterização e elementos essenciais.....	371
3.2. Condições de elegibilidade e efeitos da opção	371
3.3. Cálculo da matéria coletável	372
3.4. A consolidação.....	373
3.5. Normas antiabuso	375
3.6. A repartição da matéria coletável consolidada	375
3.7. Aspetos administrativos e jurisdicionais.....	376
3.8. Comitologia	377
4. Conclusão	377
Bibliografia	379

A CLÁUSULA GERAL ANTIABUSO À LUZ DO DIREITO FISCAL PORTUGUÊS E DO DIREITO COMUNITÁRIO

Vítor Fazendeiro

1. A Cláusula Geral Antiabuso.....	385
1.1. A Interpretação das normas fiscais: as cláusulas gerais, os conceitos indeterminados e a fraude à lei	389
1.2. Os Requisitos do art. 38.º, n.º 2, da LGT	397
1.3. O Abuso do Direito como Princípio Geral de Direito Comunitário na Jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE).....	402
Bibliografia	407